



QUEM DEFINE O SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO

Tiago Iraton da Silva¹

Resumo

O artigo apresenta as principais contribuições do trabalho de dissertação homônimo ao debate dos fundamentos do Serviço Social em nível internacional. Abordamos a construção da chave analítica para a compreensão do encadeamento entre as determinações de escalas nacional e internacional na origem e desenvolvimento do Serviço Social, e que consiste na função intelectual do assistente social, compreendida como variável da disputa de hegemonia na ordem monopólica imperialista. Discutimos como as concepções de Serviço Social presentes na Definição da FITS influenciaram a tradição conservadora da profissão no Brasil e restante da América Latina ao longo da história, estabelecendo um nexos orgânico de continuidade com o conservadorismo a nível internacional. Enfim, traçamos o significado histórico do debate em torno da revisão da Definição, encampado pela articulação dos países latino-americanos e, em meio ao qual, a ONU emerge como o aparelho privado de hegemonia que efetivamente define o Serviço Social no mundo.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar as principais contribuições do trabalho de dissertação homônimo – resultante de pesquisa de Mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, durante os anos de 2012 a 2014 – ao debate dos fundamentos do Serviço Social em nível internacional, assumido desde a perspectiva histórico-crítica da vertente de intenção de ruptura (NETTO, 2011) da profissão no Brasil.

Ao delinear o recorte do tema escolhido para a pesquisa – a Definição Internacional de Serviço Social, aprovada pela Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) em 2001 –, começamos por constatar que, apesar da relevância da FITS no cenário político internacional da profissão e do investimento político do CFESS nas relações institucionais com a entidade, o documento não possui entrada nas discussões do Serviço Social no Brasil, haja vista a produção acadêmica pouco expressiva a esse respeito – podendo ser constatada em Silva (2010), Silva e Simionatto (2013), Teixeira (2006), CFESS (2011a) e Faleiros (2011). As críticas aí tecidas à Definição – a exceção do último trabalho citado, escrito sob uma abordagem diversa dos demais – acompanham o posicionamento do CFESS, que sempre se manifestou contrário ao documento, por entender que não representa o Serviço Social no Brasil e nos demais países da América Latina e, que as referências da teoria estrutural-funcionalista nele invocadas são consideradas como superadas na vertente de ruptura da profissão. Verificamos que esta produção, no conjunto, se detém na análise do discurso enunciado pela Definição, mas não aborda a questão da funcionalidade do documento, ou seja, dos sujeitos políticos que se investem na defesa ou na crítica deste discurso. Por esta razão, elegemos como objeto da pesquisa o significado histórico do debate movido pelos países da América Latina, incluído o Brasil, no interior da FITS, sobre a Definição Internacional de Serviço Social. Em seu âmbito, propusemo-nos investigar se haveria alguma materialidade histórica nas concepções contidas na Definição, de modo que estivessem presentes, de forma orgânica e atual, nas tradições conservadoras da profissão no país, na América Latina e em nível mundial.

¹ tiagoids@gmail.com - Fórum da Comarca de Sao Bento do Sul.



Para responder a esta questão, foi necessário adotar um percurso metodológico que ultrapassasse o caráter oficial da Definição a fim de elucidar o sentido político da própria oficialidade, contido no papel da FITS como sujeito do discurso que define o Serviço Social no mundo. Da relação aí presente entre o conteúdo do discurso e as relações de poder que envolvem sua produção e difusão, adotamos como ponto de arranque da análise a categoria “ideologia”, na acepção dada por Gramsci, como concepção de mundo que adquire materialidade na prática concreta dos sujeitos históricos. Neste caráter de produzir efeitos na realidade sob condições determinadas, reside o componente orgânico e atual da ideologia: ela é a força social que cimta a direção política do movimento das massas, donde o papel fundamental dos aparelhos privados de hegemonia na formação dos intelectuais, segmento das classes fundamentais responsável por produzir e difundir as ideologias.

Com este panorama geral e introdutório sobre a pesquisa efetuada, podemos apresentar os resultados de maior relevância. Na primeira seção, abordamos a construção da chave analítica para a compreensão do encadeamento entre as determinações de escalas nacional e internacional na origem e desenvolvimento do Serviço Social. Em seguida, discutimos brevemente como as concepções de Serviço Social presentes na Definição da FITS serviram de influência à tradição conservadora da profissão no Brasil e restante da América Latina ao longo da história, estabelecendo um nexu orgânico de continuidade ao conservadorismo entre as escalas nacional e internacional. Por último, na conclusão, traçamos os principais aspectos do significado histórico do debate em torno da revisão da Definição da FITS, encampado pela articulação dos países latino-americanos e, em meio ao qual, a ONU emerge como o aparelho privado de hegemonia que efetivamente define o Serviço Social no mundo.

2 A FUNÇÃO INTELECTUAL DO ASSISTENTE SOCIAL

O maior desafio para a elucidação do objeto consistia em traçar as conexões entre as ideologias contidas nas propostas de intervenção do Serviço Social de maior peso e inventariadas na Definição da FITS, suas origens nos aparelhos privados de hegemonia internacionais ao longo da história da profissão e suas formas de difusão pelos assistentes sociais no Brasil – e, quando havido de forma sincrônica, na América Latina em geral, mas, sem abordar as especificidades dos demais países do continente. A chave analítica utilizada para compor esta triangulação residiu na função intelectual do assistente social na emergência e evoluir do Serviço Social profissional, compreendida como variável da disputa de hegemonia na ordem monopólica imperialista.

A construção deste conceito remete aos estudos de Lenin sobre a transição do capitalismo para sua fase imperialista, em que a concorrência do mercado nos moldes do liberalismo clássico é suplantada pela formação dos monopólios. Gramsci segue a trilha do pensamento leninista para apreender as transformações do Estado ocorridas neste processo transitório, caracterizadas pela assunção de funções no âmbito da produção, a reconfiguração em extensão e complexidade dos aparelhos de coerção e a constituição da disputa de hegemonia como componente político decisivo da luta de classes. Decorre desta última o papel dos intelectuais como produtores e difusores das ideologias na organização das funções de produção, coerção e consenso (os aparelhos privados de hegemonia).

Destarte, procuramos estabelecer as aproximações entre o percurso analítico de Netto (2006) sobre a origem do Serviço Social como profissão e a tese gramsciana acerca da ampliação do Estado, balizadas pela referência comum na concepção de imperialismo na obra de Lenin. Começamos por assentar uma compreensão das políticas sociais formadas na transição para o capitalismo monopolista como complexo em que se articulam as funções de produção, coerção e consenso, para, então, extrairmos do processo de emergência do



estatuto profissional do Serviço Social, a partir da abertura do seu espaço sócio-ocupacional no âmbito daquelas mesmas políticas sociais, as mediações que nos permitiriam apreender a função “intelectual” (na acepção gramsciana) contida no trabalho do assistente social. Sua atuação está sempre tensionada pelo embate entre os projetos societários antagônicos e fundamentais que perpassam as políticas sociais e, por conseguinte, o Serviço Social: de um lado, o reformismo conservador da burguesia monopolista, e, de outro, a transformação social protagonizada pelas classes subalternas. Na caracterização das distintas bases de legitimidade e suas respectivas propostas de intervenção reside o ponto de contato entre as teses de Netto (2006) e Iamamoto (2000), cuja contribuição inaugural para a análise do Serviço Social desde a angulação teórica do materialismo histórico também retomamos.

Deste modo, chegamos ao resultado de que a funcionalidade das organizações internacionais do Serviço Social havidas ao longo de sua história está ligada diretamente à função intelectual do assistente social, uma vez que, na qualidade de aparelhos privados de hegemonia, desempenham o papel de produzir concepções de Serviço Social imbuídas de ideologias ligadas a determinados projetos societários e, também, de formar quadros responsáveis por difundir estas concepções no seio da categoria profissional em cada país. Se os monopólios se utilizarão de um vasto exército de assistentes sociais para constituírem a capilaridade dos condutos de difusão de suas concepções de homem e de mundo junto à classe trabalhadora, surge o problema da formação de todo este contingente de intelectuais de acordo com estas mesmas concepções. É neste ponto em que se situa o surgimento de diversos aparelhos privados de hegemonia de alcance internacional responsáveis por homogeneizar a formação de seus intelectuais nos diversos países, inclusive, do Serviço Social. O papel destas organizações internacionais na disputa de hegemonia é indissociável da emergência e consolidação do imperialismo – constituído sobre a ordem monopólica –, com seus fenômenos particulares de americanismo e fordismo, e que se liga diretamente à função intelectual do Serviço Social na implementação das políticas sociais. É por este motivo que observamos a criação das primeiras destas grandes organizações no primeiro pós-guerra, responsáveis pela multiplicação das primeiras escolas de Serviço Social em vários países do mundo, fundadas quase simultaneamente: o americanismo ganha impulso sobretudo após a crise de 1929. Com ele, a disseminação da indústria fordista e, no seu bojo, o Serviço Social, considerado como “tecnologia social” de controle da força de trabalho em prol da acumulação capitalista, disfarçada sob o manto ideológico da ideologia desenvolvimentista.

A chave analítica proposta serve, portanto, como uma mediação entre os processos de desenvolvimento da profissão ocorridos nas escalas internacional e regional ou local da profissão, permitindo estabelecer as conexões entre os influxos políticos da disputa de hegemonia e os conteúdos das propostas de intervenção do Serviço Social. Todavia, além de incorporar este viés internacionalista, salientamos que ela representa, também, a possibilidade de uma proposta teórico-metodológica de compreensão crítica das intervenções profissionais do Serviço Social desempenhadas concreta e cotidianamente pelos assistentes sociais nas diversas instituições do espaço sócio-ocupacional por ele ocupado.

3 A MATERIALIDADE HISTÓRICA DA DEFINIÇÃO DA FITS

Uma vez estabelecida a chave analítica, passamos a mapear as origens e influências das principais concepções contidas no texto da Definição no decorrer da história do Serviço Social na América Latina e no Brasil, e, assim, rastrear sua materialidade – de que modo aquelas concepções se tornaram orgânicas nas intervenções dos assistentes sociais.



Este inventário teve seu início com a reconstituição da fonte originária do Serviço Social nos Estados Unidos, desde a influência inglesa de Octavia Hill nas Sociedades de Organização da Caridade, ao método de casos de Mary Richmond. Sob a angulação do conservadorismo, nada poderia ser tão contemporâneo ao Serviço Social no mundo, do que a tradição do casework richmondiano, com suas inúmeras variações de adaptação recebidas nos países ao longo do tempo. É devido a esse potencial unificador de diversidades que tal concepção do Serviço Social comparece no documento da Federação como sua espinha dorsal. A Definição da FITS, por esse prisma, está sintonizada com as demandas repostas pelo reformismo conservador do projeto societário burguês. Ao se filiar a essa tradição do Serviço Social, a FITS faz uma escolha política clara por se vincular à conservação da ordem burguesa.

Em seguida, abordamos a origem do Serviço Social no Brasil e restante da América Latina. Embora fosse consenso na literatura da profissão que a Igreja Católica teve participação direta na criação da maioria das primeiras escolas de Serviço Social no continente, o processo havido no Brasil aparecia de forma relativamente autônoma ao ocorrido no restante da América Latina. Constatamos, contudo, que a formação dos primeiros quadros no Brasil esteve inserida no mesmo projeto de hegemonia da Igreja, com a atuação da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) no continente. Neste sentido, demonstramos como a UCISS também foi responsável pela formação da fonte franco-belga do Serviço Social latino-americano. Rastreamos, nos seus fundamentos originais, sua base ideológica no humanismo abstrato, o qual, conforme restou demonstrado, exerceria uma influência decisiva, sobretudo na dimensão ética do Serviço Social, em toda sua tradição conservadora no Brasil e nos organismos internacionais da profissão.

Outro importante vetor traçado foi o ingresso da fonte estadunidense na América Latina em prol da difusão da ideologia do pan-americanismo, como parte do projeto da hegemonia imperialista dos Estados Unidos na região. Reconstituímos o percurso de fundação da Conferência Internacional de Serviço Social (CISS), responsável por promover os primeiros congressos internacionais, nos quais foram firmados os convênios com escolas estadunidenses para a formação de quadros brasileiros nos métodos de caso, grupo e comunidade. Na junção das duas fontes, estadunidense e franco-belga, chegamos à noção de arranjo teórico-doutrinário (IAMAMOTO, 2000), que nos serviu como outra importante chave analítica. Este arranjo, presente nas propostas de intervenção ao longo de toda a tradição conservadora – como marca genética de seu caráter composto e, necessária, para sua organicidade –, nos permitiu elucidar a funcionalidade das inúmeras definições elaboradas pelas organizações internacionais e nacionais – aí incluída a Definição da FITS –, como representações (no plano discursivo) do consenso político estabelecido em torno de determinada ideologia que dirige a atividade dos intelectuais no interior dos aparelhos privados de hegemonia, a exemplo da FITS, e representa, pois, a adesão orgânica a um projeto societário.

Na continuidade do trabalho, apreendemos a função da Organização das Nações Unidas (ONU) na disputa de hegemonia imperialista, ao lado da União Pan-Americana (UPA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), e o papel destas instituições na difusão do Desenvolvimento de Comunidade (DC), como móvel do pan-americanismo monroísta e do desenvolvimentismo. Neste ínterim, pontuamos a origem e a difusão de tantas outras concepções contidas na Definição da FITS e em tantas outras definições elaboradas por aqueles organismos internacionais ao longo deste percurso. Acentuamos, no bojo desta trajetória, a emergência do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, em decorrência do Movimento de Reconceituação latino-americano, e sua atualidade, na vertente de intenção de ruptura.



Com todo este apanhado, demonstramos como a Definição, apesar de sua circulação escassa nos debates e na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil, possui uma materialidade histórica que reside na tradição conservadora da profissão, cujas concepções, em sua maior parte, foram produzidas nos aparelhos privados de hegemonia internacionais da profissão e, difundidas de maneira funcional ao projeto de hegemonia imperialista dos Estados Unidos na América Latina, representado pela ideologia do pan-americanismo.

4 CONCLUSÃO

Após todo o percurso analítico narrado, mapeamos a presença daquele conjunto de concepções na Definição Internacional – tanto na versão aprovada em 2000, como no texto revisado em 2014 –, e sua atualidade no âmbito do neodesenvolvimentismo das orientações da ONU (e de seu organismo financeiro, o Banco Mundial), elaboradas sob a influência decisiva do pensamento de Amartya Sen. Esta continuidade discursiva entre a concepção de Serviço Social proposta pela FITS e a ideologia produzida e difundida pela ONU revela como ambas as Definições, sobretudo a última, representam o consenso estabelecido entre os organismos internacionais. Depois de recompormos a origem comum da FITS, da Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS) e da Conferência Internacional de Bem-Estar Social (CIBES) – as três organizações internacionais do Serviço Social vigentes – na CISS, e de evidenciarmos que a FITS ocupa o espaço político por ela deixado, demonstramos por meio dos documentos aprovados nos últimos congressos realizados em conjunto pelas entidades que a Federação desempenha o papel de aparelho privado de hegemonia subordinado à ONU. A FITS dita em caráter oficial as concepções e propostas de intervenção do Serviço Social a serem difundidas pelos quadros de assistentes sociais nos países do mundo, ao mesmo tempo que as elabora dentro do substrato ideológico produzido pela ONU, com quem mantém, inclusive, estreitas relações institucionais. A ONU protagoniza em âmbito mundial o papel de sustentação da hegemonia mundial dos monopólios financeiros e dos Estados Unidos na disputa imperialista, enquanto a FITS é investida do papel de legítima representante do seu pensamento oficial no Serviço Social. A Definição da FITS tem por função, portanto, representar no plano discursivo esta relação.

Em vista deste panorama do cenário político internacional da profissão, fizemos uma breve retomada da trajetória da articulação latino-americana para chegarmos à compreensão do significado histórico do seu posicionamento crítico em face da Definição da FITS no embate travado em torno do processo de revisão do documento. Assim, num primeiro vetor, concluímos que este significado consiste em tornar legítimo o reconhecimento da história da profissão na América Latina pela categoria profissional no mundo, haja vista o Serviço Social em nosso continente, com seus avanços críticos e diversidade, sempre foi tratado pela Federação, desde a elaboração e a aprovação do documento, como uma exceção à sua pretensa universalidade.

Numa camada histórica mais profunda que a visibilidade do Serviço Social na América Latina, encontra-se um outro significado político: a luta dos assistentes sociais latino-americanos pela ruptura com a hegemonia do imperialismo estadunidense sobre o continente, exercida na contemporaneidade por intermédio da ONU. Uma história silenciada pela FITS, em que a profissão em nossa região é sempre definida como objeto de ideologias e métodos formulados e transmitidos desde um aparelho privado de hegemonia estrangeiro – UCISS, ANATS, UPA, OEA, ONU, CISS (CIBES), AIETS e FITS –, para atender, com sua formação e seu exercício profissionais, a algum interesse imperialista contrário às bandeiras de luta de sua própria gente. Uma trajetória ignorada nas ante-salas do imperialismo, de assistentes sociais (em sua quase totalidade, mulheres) que tiveram a coragem de



reconhecer sua latinidade, sua diversidade étnica e de gênero, sua condição de trabalhadoras, e enfrentar ao lado do povo o aparato de hegemonia e coerção (por vezes, bruta) com o qual contribuíram por décadas, em troca de algum reconhecimento. Uma memória não contada de promessas esquecidas de um desenvolvimento que nunca veio para a “clientela” do Serviço Social, e agora vem pedir mais uma vez sua paciência e seu engajamento.

Em suma, o “comitê executivo da burguesia” imperialista (monopolista, mundial, hegemônica) reunida na ONU, com seus escritórios executivos, seu Fundo Monetário Internacional e seu Banco Mundial, conta com a FITS – agora também reunida à AIETS e à CIBES –, à qual presta sua legitimidade, para difundir junto aos quadros nacionais dos assistentes sociais sua ideologia neodesenvolvimentista (Desenvolvimento Econômico, Social, Sustentável, Socio-ambiental...), consolidada na nova Definição “Global” de Serviço Social em torno da qual estão reunidos em consenso. Aderir a este consenso, ou negá-lo em nome da integração regional autônoma da América Latina: são estes os interesses que estão em jogo para a articulação latino-americana ao disputar a hegemonia que perpassa o espaço político deste aparelho privado.

Não se trata de um acerto de contas com o passado, de um conservadorismo acidental, anacrônico, que se apresenta como novo por falta de atualização. As vertentes conservadoras reunidas em consenso na FITS revelam a face de sua atualidade, porquanto orgânicas às exigências da ordem monopólica, e para elas, fora de rumo estão as vertentes críticas da América Latina representadas na Federação. O conservadorismo da FITS dialoga com toda a tradição conservadora do Serviço Social no continente, que persiste e, tem, portanto, seus porta-vozes em âmbito internacional. O acúmulo de forças da articulação latino-americana para o enfrentamento do conservadorismo na FITS passa pelo reconhecimento de que a Reconceituação, a renovação, a intenção de ruptura do Serviço Social em seus próprios países, ainda é um processo inconcluso, e que carece de ser disputado com o conservadorismo de suas vertentes internas.

Enfim, concluímos que revisar radicalmente a Definição da FITS, como defendido ao longo destes anos, significava: implodir o consenso político em torno dela para incorporar as vozes dissonantes, como a América Latina e a vertente do Serviço Social Radical; promover uma nova direção do Serviço Social no mundo, mais crítica, atenta para sua história, seu lugar na ordem monopolista e sua posição política na disputa hegemônica; romper com o conformismo passivo à função de aparelho privado de hegemonia subordinado à ONU. Uma nova Definição foi aprovada, como quisesse calar toda a contribuição trazida pela América Latina ao debate, como sequer tivesse participado, e ainda, apropriando-se da sua voz para legitimar o processo. Contudo, uma nova voz agora está presente na arena política da FITS, cuja presença foi conquistada no processo de disputa pela revisão do documento e não mais pode ser negada, pois ecoa mesmo enquanto silêncio na “nova velha” Definição: a voz da América Latina.

Devemos destacar, por último, a originalidade na proposta metodológica do trabalho, em reunir fontes até então dispersas, consideradas periféricas, ou até mesmo, inéditas em nossa literatura, numa historiografia do Serviço Social brasileiro pelo viés das relações internacionais da profissão.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. A definição de trabalho social da FITS: por que revisar? In: **Serviço Social & Sociedade: serviço social no mundo**. n. 108. São Paulo: Cortez, out./dez. 2011a, p. 733-747. Disponível em: <<<http://goo.gl/5lJgB>>>. Acesso em: jun. 2012.



FALEIROS. O que Serviço Social quer dizer. In: **Serviço Social & Sociedade: Serviço Social no mundo**. n. 108. São Paulo: Cortez, out./dez. 2011, p. 748-761. Disponível em: <http://goo.gl/oLjzYR>. Acesso em: jun. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Tiago Iraton da. **Relações Internacionais, Serviço Social e Disputa Hegemônica: uma análise da participação brasileira**. Orientado por Ivete Simionatto. 2010. 163 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Serviço Social, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/9YLKG>>. Acesso em: jun. 2012.

SILVA, Tiago Iraton; SIMIONATTO, Ivete. O CFESS e a disputa sobre a revisão da definição da FITS de trabalho social: uma sistematização histórica. In: **Sociedade em Debate**. v. 19, n. 1. Pelotas: UCPel, jun. 2013. p. 197-228. Disponível em: <http://goo.gl/NY7Fso>. Acesso em: fev. 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O CFESS e as Organizações Internacionais de Serviço Social**. Brasília: CFESS, jul. 2006.